



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade ♦ Instituto de Ciências Sociais ♦ U.M. ♦ Guimarães ♦ nº 14 ♦ Julho de 2000

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

*Quando os Outros
Não Somos Nós*

♦Luís Polanah

FALANDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Carlota Santos

♦Elisabete Pinto

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO: *Contextos socio-económicos da ilegitimidade: Estudo de casos*

♦Carlota Santos

NOTÍCIAS

• **II Jornadas do Neps
“Turismo Cultural
Recursos e Desafios”**

• **Relatório Anual
do Neps (1999)**

• **Teses defendidas**

EDITORIAL

Luís Polanah

Quando os Outros Não Somos Nós

1. Por diferentes caminhos e modos os homens de todas as nações da terra falam da igualdade da espécie humana e formalmente condenam a discriminação sob qualquer pretexto. Mas as injustiças persistem e as desigualdades excitam a vontade dos homens que sonham eliminá-las.

2. A era dos descobrimentos foi apenas o remate de uma longa cadeia de informações e notícias acumuladas por comerciantes e aventureiros, viajantes e navegadores que, idos principalmente da Europa e Ásia, vinham fazendo a reportagem de um mundo desconhecido povoado de homens e civilizações diferentes. Como se vestiam e honravam os seus deuses, falavam e constituíam as suas famílias, a sua aparência física e hábitos de vida mostravam a variedade da espécie humana e a grande riqueza das culturas e civilizações espalhadas no mundo.

3. O mundo europeu, iluminado por um cristianismo fundamentalista, embora já dividido por heresias e seitas, estava seguro do seu ascendente na escala evolutiva da humanidade como o projecto definitivo duma vontade divina anunciada.

4. Mas a desigualdade dos tipos humanos e as suas diferenças culturais dominaram sempre os

arquétipos que orientaram as relações humanas. Constituem as primeiras fronteiras demarcadoras do território moral de cada grupo e primeiros definidores de futuras nacionalidades políticas que a lei do mais forte acabaria por decidir.

5. Durante o regime de Salazar havia um dia em que se celebrava a “raça” portuguesa, ao mesmo tempo que se fazia alarde sobre a capacidade incomparável dos portugueses conviverem e se misturarem com outros povos, quaisquer que fossem os seus costumes ou origem. Estes princípios de fé no vocabulário fascista não pareciam estar em contradição nem com a discriminação racial nas colónias, nem com o sentimento de execração votado aos Judeus, silenciando o seu holocausto às mãos dos nazis.

6. Mas o curso do tempo fez evoluir as ideias e os sentimentos para sentidos que se reputam mais justos e humanos, apesar das contradições que vão ficando semeadas no rasto da História do Homem. Hoje, não existe lei que aprove qualquer acto de discriminação ou injustiça pelo simples facto de alguém ser diferente, v. g. por adorar outros deuses, possuir um tipo humano diferente, falar uma língua não escrita, usar símbolos e imagens outrora tidos

Quando os Outros Não Somos Nós

como pagãos e sacrílegos, praticarem ritos e costumes sociais fundamentados em outros valores e crenças.

7. No período do imperialismo colonial, o agente colonizador, seguro dos seus princípios sobre a moral do trabalho, os direitos humanos, a verdade religiosa, a imbatível força das suas realizações científicas e humanitárias, nunca se apercebeu que no coração das populações subjugadas pudesse lavrar também um sentimento de rejeição, de ódio ou de vingança e represália, prenúncio de sentimentos que, hoje, se usa chamar xenofobia, racismo, discriminação, exclusão social, etc.

8. Uma espécie de cegueira imperial dominou a interpretação de situações que, afinal, podiam ter os mesmos fundamentos morais, religiosos, psicológicos e económicos, como hoje, mas que naquele tempo se liam doutra maneira...

Sempre que se percebeu alguma agitação colectiva uma vontade larvar de expressar um descontentamento, de gritar por uma justiça em defesa das populações que faziam funcionar a economia colonial e o capitalismo internacional, o estado imperial interpretou esses sinais como formas de rebelião selvagem induzidas por agitadores ou potências estrangeiras inimigas.

9. Nos dias presentes, como consequências da globalização do mundo moderno e da autodeterminação e independência dos povos, a felicidade não chegou para a quase totalidade deles. Guerras intestinas, perseguições, assassinios e ódios tribais ou raciais, populações inteiras numa fuga sem destino, deixam o mundo dito civilizado estarrecido e a braços com problemas que o esforço de ajuda humanitária pouco pode fazer em defesa de famílias e gerações inocentes.

10. Por outras razões menos dra-

máticas, talvez, mas em consequência do clima de instabilidade, fome, doença, miséria e ódios interraciais, Portugal aparece no horizonte dessa gente infeliz como um país de paz e segurança, onde a vida pode ser retomada e, talvez, sonhada. Mas o peso crescente dessas famílias não nacionais começa a inquietar políticos e governantes e, duma maneira geral, a população. Portugueses sem preconceitos e outros cidadãos, que fizeram de Portugal sua segunda pátria e a pátria dos seus filhos, começam a encarar com inquietação a catadupa de imigrantes de África, Ásia, China, Indonésia, etc. que, silenciosamente, vai afluindo...

11. É preciso compreender que o facto de Portugal haver povoado com emigrantes diversos continentes e os países mais florescentes da Europa e América, fê-lo em circunstâncias distintas e noutras condições históricas e económicas diferentes. A emigração portuguesa como de tantos outros povos e culturas procurou espaços vazios, onde a mão de obra era necessária e não concorrencial. Indivíduos de famílias de portugueses e outras nacionalidades preenchiam necessidades, submetiam-se a tudo, eram escravos civilizados, sem capacidade de reivindicação. Ali, o seu destino seria, certamente, sempre melhor como jamais no solo pátrio de onde haviam partido.

12. Mas Portugal nunca foi espaço de civilização para quem pudesse sobrar trabalho e tecto para acolher indefinidamente gente fugida de outros continentes. Foi dador de mão-de-obra para o mundo próspero ou despovoado, jamais abrigo capaz de alimentar bocas repelidas por situações dramáticas noutros continentes. A irmanação histórica é um gesto político de boas intenções, mas jamais um voto de sacrifício a todo o preço, acolhendo indefinidamente toda a desgraça e carência de aju-

da exterior que lhe queiram impor.

13. Toda a forma de rejeição ou de discriminação e de perseguição contra famílias e indivíduos não nacionais mais do que um problema moral é um problema biológico da ecologia humana, da natureza animal dos seres racionais que vêem os seus espaços vitais escassos e as oportunidades de trabalho cada vez mais dificultadas.

14. A transposição para o plano moral e político destas situações de rejeição racial e social constitui um problema da civilização e da natureza moral que anima a convivência humana. Tudo afinal parece indissociavelmente ligado e torna difícil encontrar o ponto de equilíbrio onde conciliar os princípios humanitários com a imperiosa urgência de ser justo e não desiludir os valores morais de solidariedade a cada instante reiterados.

15. Não há religião e valores históricos que possam permanecer indiferentes ante esses fenómenos de rejeição social que a sociologia das migrações vem registando. Por outro lado, é preciso reconhecer o direito que os povos e, em particular, as comunidades têm de preservar a sua identidade pela forma como queiram ou possam assumi-la racial, étnica, cultural e religiosamente.

16. Estes problemas são extremamente delicados, mas eu não tenho dúvidas de que, mesmo aquelas famílias que já se encontram acolhidas nesta "pátria de brandos costumes" pressentem que é preciso pôr um limite à imigração, sob pena de o ambiente nacional se tornar perigosamente instável. Contudo estas reflexões, ao sabor do computador, não pretendem mais de que partilhar preocupações que eu sei existir no coração de muita gente. E perturbam os governantes que procuram sustentar uma coerência difícil com as tradições deste país. •

O crescimento rápido da população da ilha do Pico entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do XIX é tanto mais notável quanto se trata de uma ilha de solo pobre e particularmente carente de água.

Supõe-se que a primeira fixação de povoadores na ilha se tenha dado por volta de 1460 nas Lajes e actual freguesia das Ribeiras, expandindo-se rapidamente o povoamento para oriente e, pela vinda de novos colonizadores, abraçado a ilha pelo ocidente, embora a freguesia da Santíssima Trindade das Lajes tenha permanecido ainda bastante tempo como paróquia única. Passados menos de cinquenta anos, já existiria o concelho das Lajes do Pico como sede administrativa de toda a ilha (embora não se conheça foral, identifica-se vereação em 1501).

A dispersão do povoamento e as dificuldades de comunicação foram exigindo a formação de novas freguesias e, mais tarde, sem litígio, a formação de novos concelhos. Já em 1542 o desmembramento a Norte deu lugar ao concelho de S. Roque, vindo a formar-se a Oeste o concelho da Madalena em 1723.

Referindo-nos neste momento apenas ao espaço do actual concelho das Lajes, verificamos que Gaspar Frutuoso nos finais do século XVI (*Livro Sexto de Saudades da Terra*) indicava, para a freguesia da Ponta, a existência de 90 vizinhos e 362 almas de confissão (entenda-se indivíduos com mais de sete anos), freguesia que se estendia por quatro léguas para a banda do Sul e do Norte, a incluir o espaço das actuais freguesias da Ribeirinha (criada em 1960), Piedade (freguesia mãe) e Calheta de Nesquim (criada pos-

sivelmente no início da década de 1720). A freguesia de Santa Bárbara das Ribeiras, contando então também 90 vizinhos, estendia-se por uma légua de costa. Na extensão de três léguas seguia-se a freguesia da Santíssima Trindade, então com 145 fogos e 586 almas de confissão. Na légua seguinte, a zona que viria a ser a freguesia de S. João, só posteriormente desmembrada da de S. Mateus (os primeiros registos paroquiais conhecidos datam de 1637) se contariam 40 fogos nos inícios do século XVII.



Se nos finais do século XVI a população do actual concelho das Lajes teria à volta de 1800 residentes (considerando que às almas de confissão indicadas ou estimadas há que acrescentar as crianças menores de sete anos, numa percentagem que avaliamos à volta de 18% em relação ao total de residentes), dois séculos mais tarde (1799) a população mais que quadruplicara com 8.521 pessoas, em distribuição desigual pelas diferentes freguesias. Crescimento que se processara apesar das crises vulcânicas de 1718 e 1720 que isolaram a freguesia de S. João entre dois *mistérios*, derretendo as suas melhores terras de pão, e apesar das

grandes crises cerealíferas de meados do século que empurraram de toda a ilha muitos *casais* para o Brasil, nomeadamente para Santa Catarina. Posteriormente, apesar de não se abandonar a mobilidade para o Brasil, nas primeiras quatro décadas do século XIX a população do concelho crescia em ritmo muito acelerado, contando-se 11.160 residentes em 1840, o dobro dos nossos dias (em 1991 contaram-se apenas 5505 residentes no concelho).

Seria realmente na década de 1840 que a população atingiria o maior volume de toda a sua história. A ruptura entre a população e os recursos que já se evidenciava (todo o terreno era incansavelmente explorado e a terra de cansada *comia* as sementes) ainda agravada pela crise das vinhas (1852), iria empurrar, nos três quartos de século seguintes, jovens e depois famílias inteiras para o Brasil e Estados Unidos da América.

O crescimento acelerado de população que só a emigração massiva susteria parece ter a sua principal explicação na mortalidade suave. O Governador Civil da Horta, António José Vieira Santa Rita, escrevia no seu Relatório de 1861 *que felizmente para os habitantes do districto da Horta a sua condição hygienica é excellente, pois que não obstante a falta de recursos da medicina em algumas das suas ilhas, as estatísticas da sua mortalidade apresentam uma cifra bastante lisonjeira, comparada com a dos paízes que se reputam como mais sadios*. No ano em causa, *apesar da miseria que oprimia as classes indigentes e dos maus alimentos a que muitos recorrem, a proporção entre os obitos e o número da população fora de 1 para 55*. A ilha do Pico com a proporção mais favorável de todas, de

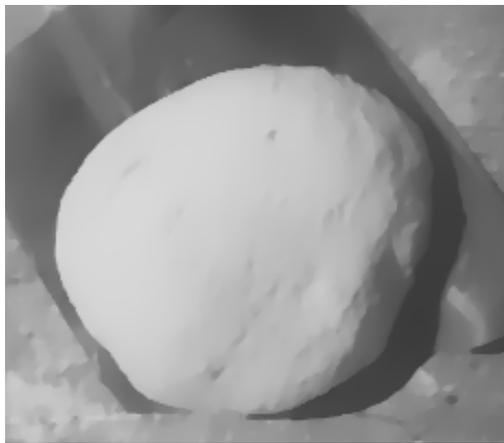
1 para 67, então com uma população de 27360 almas, ainda não conseguira que *um facultativo ali quisesse exercer a sua clínica, apesar dos partidos que as câmaras de S. Roque e Lajes para o mesmo estabelecera e dos inúteis esforços que tem empregado a auctoridade administrativa*. A análise demográfica já desenvolvida para períodos anteriores (Amorim, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico*, U. Minho, 1992) confirma essa situação favorável. Esperança de vida à nascença a abeirar os cinquenta anos nos finais do Antigo Regime contrastam com os valores abaixo de quarenta, generalizados na Europa do tempo.

Para a suavidade da morte contribuiria o clima seco da ilha, o isolamento de contágios, a austeridade de costumes mas também certamente a dieta alimentar.

Dieta alimentar que, considerando os hábitos alimentares dos nossos dias, poderia ser considerada muito pobre. Estatísticas do Governo Civil da Horta bastante circunstanciadas, referentes ao ano de 1884, permitem-nos ainda avaliar da frugalidade alimentar no concelho e mesmo das grandes dificuldades para obter o alimento básico, o bolo de milho.

A produção de milho no concelho não ultrapassara nesse ano os 520.000 litros e a quantidade necessária para consumo das pessoas e dos animais domésticos seria de 1.880.000 litros a que se devia juntar 68.000 litros para semente. As freguesias da Calheta e Piedade produziam então cerca de 63 litros anuais dos 188 necessários por habitante, mas nas Lajes e Ribeiras não se chegava aos 45 litros e a produção em S. João quedava-se abaixo dos 37. Era necessário recorrer ao milho de fora, principalmente do Faial, a troco das produções da terra e da indústria das

suas gentes. O trigo produzido no concelho medira apenas 142.400 litros, sendo mais de metade (80.000 litros) colhido nas Lajes. Considerado um cereal de luxo era nas Lajes que mais se consumia – 144 litros anuais por habitante a contrastar com os 45 litros para S. João. Um pouco de *mistura* para o bolo de milho quotidiano e o pão do Espírito Santo seriam motivos quase únicos para o uso de farinha de trigo entre a generalidade da população. A batata inglesa, difundida desde



meados do século XVIII, e a batata doce, só generalizada nas décadas de 1860/70, traziam sazonalmente alguma fartura a muitos lares em que o bolo de milho escasseava, sendo os inhames (com maior incidência na Piedade) o recurso tradicional para a escassez cerealífera.

O consumo de carne era reduzidíssimo se tivermos em conta os padrões actuais. Nas Lajes, onde o consumo era maior, a cada habitante em cada ano correspondia 2,5 kgs de carne de vaca ou vitela, 8,5 kgs de carne de porco, rondando os 0,5 kgs de carne de carneiro ou *chibato*. Em S. João, a freguesia de consumos mais reduzidos, não chegaria a 1,5 kgs. o consumo médio anual de carne de bovino por habitante (a generalidade da população só acederia ao seu consumo pelo Natal e pelo Espírito Santo) e mes-

mo o consumo de carne de porco pouco ultrapassava os 5 kgs. por pessoa/ano (note-se a ausência de consumo de azeite e a dependência da banha de porco nos usos culinários).

Também nas Lajes, embora reduzido a 4,5 litros pessoa/ano, o consumo de vinho era superior ao das freguesias do conselho, estas com menos de 2 litros pessoa/ano. Enquanto em S. João e na Calheta se consumia apenas o vinho produzido na terra, os excedentes da Piedade cobriam praticamente as importações das Ribeiras e das Lajes.

O leite e seus derivados, o peixe e frutos diversos (nomeadamente laranjas, pêsegos e nêsperas) seriam importante complemento alimentar e juntamente com o corte de madeira e lenhas serviriam de moeda de troca com o exterior (embora não conste das estatísticas oficiais era do mar que vivia a comunidade de Santa Cruz das Ribeiras, como importantes franjas da população da Calheta e da Vila).

Todos os terrenos altos haviam sido roçados para a criação de gado e nas Lajes, Ribeiras e S. João produziam-se anualmente 9.500 kgs. de queijo de vaca e 150 kgs de manteiga (neste caso só nas Ribeiras e Lajes). Das altas pastagens de S. João, a três horas de penosa subida diária (sem auxílio de *bestas* para o transporte do leite), produziu-se um afamado queijo típico, bem difundido no Faial e na Terceira. A criação de cabras para alimento de crianças e velhos era um recurso dos marítimos de Santa Cruz das Ribeiras, mas também de outras zonas (270 cabras na vila, 250 nas Ribeiras, para números entre 50 e 90 nas restantes freguesias).

Em termos de conservação de uma existência saudável, a tradicional dieta alimentar dos picoenses seria uma dieta pobre ? •



NOME: *Carlota Maria Santos*

IDADE: *51 anos*

RESIDÊNCIA: *Porto*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Assistente na Universidade do Minho*

Apaixonada pelo conhecimento

Indiferente à rotina e ao aprofundamento de conhecimentos orientados apenas para um domínio temático, o percurso científico de Carlota Santos reflecte a necessidade do espírito humano estar permanentemente aberto à concretização de novos desafios.

Actualmente, a investigadora exerce funções de docência na Universidade do Minho, na área da História e da Demografia, mas sua trajectória científica abrange avultados investimentos noutras ramos das Ciências Sociais.

No final dos anos sessenta ingressou no Curso de Direito da Universidade de Coimbra, mas o envolvimento activo na crise académica de 1969 ditou-lhe a saída de Portugal. Ao abrigo do estatuto de refugiada, a jovem Carlota Santos encontrou acolhimento na Bélgica, mais propriamente na Universidade de Lovaina, onde acompanhou o aparecimento de projectos de ensino inovadores, no âmbito das Ciências Sociais. Ao percorrer o passado, refere que **“procurava algo de novo”**. Por isso, agarrou a oportunidade de **“mudar de curso”**. Inscreveu-se na Licenciatura de Ciências Políticas e Sociais, **“uma novidade, porque o programa de estudos contrariava a tendência então vigente do ensino muito dependente das disciplinas clássicas”**. Concluiu esta etapa, em 1976, ao apresentar a tese de licenciatura **“Civilização pós-industrial: contestação e contracultura”**.

Com o **“canudo”** na mão e os antecedentes preenchidos com memórias de oposição ao Estado Novo, Carlota Santos ainda pensou regressar a Portugal, mas **“o país atravessava um período de enorme confusão”**. Assim, acabou por **“conhecer outros países, novas línguas, novos modos de sentir a realidade quotidiana”**. Apesar de se ter **“divertido imenso”** com as viagens, o regresso às origens estava predestinado, dois anos após a conclusão do Curso de Ciências Políticas e Sociais, na Universidade de Lovaina.

Munida dos conhecimentos linguísticos adquiridos além-fronteiras, Carlota Santos enveredou pelas **“traduções, como freelancer”**. Com regularidade trabalhava para uma editora, mas também exercia a actividade de tradutora-interprete, pois, dispunha de **“horários flexíveis e disponibilidade para acompanhar os filhos”**.

Chegou a leccionar técnicas de tradução e línguas e outras disciplinas no ensino secundário. Porém, este vínculo não conduziu Carlota Santos a uma situação de acomodação. Em 1988, a investigadora iniciou o processo de viragem disciplinar, **“não gostava do ensino secundário”** e ingressou na Escola de Ofícios Artísticos de Vila Nova de Cerveira - Escola Superior de Arquitectura Galecia. Mais tarde, em 1993, surgiu o convite de uma outra instituição de ensino superior - a Universidade Fernando Pessoa.

A aproximação cada vez mais sólida e coesa ao ensino superior e a vontade de **“aprofundar conhecimentos”** contribuíram para a frequência do Mestrado em História da Colonização e Migrações: Portugal - Brasil, na Universidade do Minho. Para o trabalho de dissertação escolheu a paróquia de Santiago de Romarigães, do concelho de Paredes de Coura, no distrito de Viana do Castelo. Uma escolha suscitada pela leitura da obra de Aquilino Ribeiro **“A Casa Grande de Romarigães”**. Este contacto com a literatura despertou na investigadora uma **“paixão”** que a levou a conhecer mais aprofundadamente a freguesia. Do trabalho de pesquisa e cruzamento de diferentes fontes resultou a dissertação **“Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)”**.

Neste momento, as energias de Carlota Santos estão mobilizadas para um outro trabalho, **“a biodemografia, uma área nova ligada à demografia, que merece ser estudada em Portugal”**. Justamente por ser **“um domínio novo”**, a investigadora decidiu realizar as provas de doutoramento nesta área nova. Consciente de que **“podia aproveitar o trabalho desenvolvido no Mestrado para o Doutoramento”**, refere que **“não gosta de repetições”**. Prefere concluir uma etapa e iniciar uma outra, de modo a permitir que o conhecimento seja permanentemente renovado. •

Contextos socio-económicos da ilegitimidade: estudo de casos

A freguesia de Santiago de Romarigães, situada no concelho de Paredes de Coura e distrito de Viana do Castelo, constituiu a unidade de observação de uma pesquisa socio-demográfica desenvolvida a partir da metodologia de reconstituição de paróquias, considerada como procedimento privilegiado no sentido de fornecer informações completas e estruturadas sobre sucessivas gerações de indivíduos cuja actuação se exterioriza e projecta nesse espaço físico, administrativa e culturalmente identificável. Do mesmo modo, a possibilidade de caracterização dos quadros familiares em que se movem, permitiu fundamentar comportamentos específicos (tanto demográficos como socio-culturais), reveladores de mecanismos e tendências estruturais subjacentes ao espaço social mais amplo que os circunscreve.

O presente texto assume-se como uma reflexão sobre o fenómeno da “ilegitimidade” na região. Embora a reconstituição de famílias ilegítimas possa apresentar algumas lacunas, uma vez que parecia generalizado o hábito de recorrer aos serviços religiosos das paróquias limítrofes

quando os filhos naturais eram baptizados, foi possível incluir muitos destes casos no respectivo agregado familiar, a partir das informações registadas por altura dos seus casamentos ou óbitos. Deste modo, foram detectados durante a Segunda metade do século XVII e todo o século XVIII, vários agregados de mães solteiras com dois ou mais filhos, em relação aos quais se observou uma tendência para a repetição dos padrões de ilegitimidade nas gerações seguintes. Este facto denunciava a existência de uma “sub-sociedade com propensão para a bastardia” atingindo preferentemente as mulheres pertencentes aos mais baixos estratos sociais. No entanto, parece-nos importante insistir que os pais destes filhos eram muito frequentemente os proprietários das “casas” mais abastadas da região, o que permite supor a existência de duas famílias paralelas, do ponto de vista destes últimos, cada uma com os seus deveres, direitos e espaços próprios. Por este processo seria assegurado um certo equilíbrio social necessário ao funcionamento de uma pequena comunidade rural sujeita a fortes constrangimentos e pressões de ordem económica, socio-cultural e demográfica.

O estudo de casos que seleccionámos assenta numa observação de tipo diacrónico, centrada sobre uma das famílias mais influentes da freguesia, titular do vínculo da Quinta do Amparo e residente, ao longo de quase três séculos, na Casa Grande de Romarigães. Trabalhando sobre uma base de dados que se estende de 1640 a 1872 e agregando informações provenientes de diversas fontes (registos paroquiais, disposições testamentárias, autos notariais, listas de lançamen-

to do imposto da décima, inquirições *de genere* ...) reconstituímos sucessivos quadros geracionais onde a filiação ilegítima é uma constante, aparecendo estreitamente associada a comportamentos individuais marcados por relações de desigualdade económica no interior dos agregados familiares legítimos. Situando-se o início da observação na segunda metade do século XVII, consideramos pertinente relacionar esses desvios às normas civis e eclesiásticas com os efeitos perturbadores causados pelas instituições vinculares na esfera familiar e, por consequência, no campo das relações sociais. O sistema dos morgados, em pleno vigor até ao penúltimo quartel do século XVIII, funcionava como instrumento legal privilegiado no sentido da autoconservação social e económica da nobreza e, embora com graves consequências no plano macroeconómico, reproduzia a lógica estrutural da sociedade da época. Os vários desfazamentos gerados pela imobilidade da propriedade fundiária viriam a ser politicamente controlados pelas leis de 1769 e 1770, as quais visavam reduzir a multiplicação dos vínculos mediante a exigência de um rendimento anual mínimo e de uma licença régia, atribuída segundo critérios tendentes a favorecer uma nova burguesia mercantil, enriquecida pelos lucros obtidos nas colónias. Os efeitos desta prática, enraizada e institucionalmente orientada para a defesa de uma minoria conservadora, repercutem-se sem dúvida no interior das unidades familiares constituídas em torno dos patrimónios vinculados. Com efeito, gerando um sistema de dependências e obrigações materiais, determinadas por uma preferência etária e



Contextos socio-económicos da ilegitimidade: estudo de casos

sexista, os morgados actuavam como mecanismo estabilizador no seio da família nuclear, impondo desigualdades económicas dificilmente superáveis. Processando-se a transmissão das propriedades por via varonil e em benefício do primogénito, todos os restantes filhos do casal eram automaticamente destituídos da grande propriedade, continuando na maior parte das vezes a habitar a mesma residência. Mesmo nos casos em que o património era suficientemente vasto e consistente para que os descendentes excluídos pudessem aceder à posse ou propriedade de certos bens, a título de doação ou legado testamentário, a dominação simbólica exercida pelo senhor do vínculo seria bastante para propiciar um sistema de relações afectivas tensas e complexas, oscilando entre o compromisso e a revolta. Neste contexto, afigura-se provável que para estes indivíduos, privados dos benefícios senhoriais mas também libertos dos papéis sociais e das responsabilidades que daí decorrem, se tornasse mais fácil enveredar por soluções menos convencionais e, no limite, infringir as regras ditadas pela moral comum.

A instituição do vínculo da Quinta do Amparo data de 27 de Janeiro de 1618, surgindo na sequência da aquisição de um vasto património fundiário pelo licenciado Gonçalo da Cunha. Ao morgado encontra-se anexada desde o início a capela de Nossa Senhora do Amparo que teria sido construída como pagamento de uma promessa feita à Virgem pelo apoio concedido na concretização da compra das terras, outrora pertencentes ao poderoso Visconde de Vila Nova de Cerveira. Erguidas as instalações, o prédio de tor-

re e a capela, a Casa Grande tornar-se-ia rapidamente o centro da pequena povoação de Romarigães para o qual, porque havia trabalho e forma de o pagar, confluíam jornaleiros, caseiros, rendeiros e artesãos.

Domingos da Cunha, filho ilegítimo do instituidor, seria o futuro sucessor da Quinta do Amparo, na qual viveu desde a infância. Casa na freguesia vizinha de S. Paio de Agualonga com uma prima, D. Francisca Dantas, filha do capitão Manuel Dantas e representante de uma das “casas” mais notáveis do Alto Minho. Através desta união ficaria, assim, assegurada a legítima descendência e a transmissão de todas as propriedades e direitos anexados ao morgado. Deste matrimónio nasceram cinco filhos: Luís (com datas de nascimento e casamento desconhecidas, sabendo-se Ter falecido em 17 de Janeiro de 1707, viúvo), Alexandre (futuramente cônego da Sé de Braga e frequentemente referido nos registos paroquiais da época como padrinho em baptizados e casamentos celebrados na freguesia), Agostinho (nascido em 23 de Setembro de 1640 e falecido em 10 de Fevereiro de 1708, solteiro), Constantino (nascido em 10 de Dezembro de 1642 e falecido em 13 de Março de 1710, viúvo) e Maria (para a qual foi apenas detectada a data de óbito, em 17 de Janeiro de 1652, solteira).

Luís da Cunha Dantas, o primogénito, seria o próximo proprietário da Casa Grande, tendo casado com uma prima em terceiro grau, D. Joana de Azevedo, filha de Simão de Villas Boas e de D. Ana de Barros Rego. Os dois irmãos Constantino e Agostinho, permaneceriam no solar pelo menos até à morte de seu pai, em 5 de Maio de 1666, altura em que



teriam herdado, respectivamente, as quintas da Boavista e da Barroca. O Tombo de 1783, referindo as várias capelas da freguesia, assinala a que foi instituída por Constantino da Cunha nas fazendas vinculadas da Quinta da Boavista, posteriormente abolida por decreto régio a pedido de seu neto e sucessor Brás de Góis Rego. No mesmo documento é citada a Quinta da Barroca, instituída por Agostinho da Cunha Dantas em 1 de Dezembro de 1707 (dois meses antes da sua morte) e então administrada por um descendente, Paulo José, de Vila Nova de Cerveira. Tendo ambos os administradores sucedido por via ilegítima, aos dois irmãos excluídos do morgado da Quinta do Amparo, procederemos à reconstituição dos agregados extra-conjugais que formaram, observando os comportamentos reincidentes ao longo da cadeia genealógica descendente, assim como as várias formas de protecção material praticadas. Tratando-se de indivíduos de reconhecido prestígio na freguesia, será de admitir que a proliferação dos seus ramos ilegítimos, obviamente assumidos e protegidos, tivesse contribuído para a generalização de comportamentos

Contextos socio-económicos da ilegitimidade: estudo de casos

idênticos por parte da população, facilitando a aceitação social dos casos desviantes.

Caso I

Constantino da Cunha Dantas

Nascimento: 10 de Dezembro de 1642

Óbito: 13 de Março de 1710, viúvo

Residência: Quinta da Boavista

Filhos ilegítimos:

1. Ventura

Nascimento: 1 de Fevereiro de 1672

Filiação materna: Catarina Afonso, solteira, filha de Domingos Afonso do Agro do Monte

Casamento: desconhecido

Óbito: desconhecido

2. Eugénia

Nascimento: 5 de Abril de 1680

Filiação materna: Justa Afonso, solteira, filha de Domingos Afonso e de Ana Afonso da Codessosa

Casamento: desconhecido

Óbito: desconhecido

3. Caetana Maria

Nascimento: data desconhecida

Filiação materna: Justa Afonso (ver ponto 2)

Casamento: 2 de Abril de 1710, com Raimundo de Góis Rego

Óbito: 23 de Dezembro de 1758, viúva

4. Manuel da Cunha*

Nascimento: data desconhecida

Filiação materna: desconhecida

Casamento: desconhecido

Óbito: desconhecido

* A primeira informação sobre a sua identidade consta do registo de baptismo de uma filha natural, Tomásia da Cunha, em 5 de Maio de 1713.

Caetana Maria será a herdeira da Quinta da Boavista. Em 2 de Abril de 1710, apenas três semanas após seu pai ter falecido, contrai matrimónio com Raimundo de Góis Rego, na Igreja de Romarigães, com dispensa no segundo e terceiro graus de consanguinidade. Tanto esta última circunstância, como a proximidade relativamente à data da morte de Constantino da Cunha, sugerem um casamento previamente planeado no sentido de assegurar descendência legítima e, simultaneamente, a administração das propriedades pelo casal.

Através das informações constantes do processo de inquirição *de genere* do padre Manuel de Góis Rego e Castro, foi possível completar a caracterização do quadro familiar dos seus ascendentes. Assim, Raimundo de Góis Rego teria fixado residência em Romarigães por ocasião do seu casamento com Caetana Maria, sendo natural da freguesia de Santa Maria de Duas Igrejas e filho ilegítimo de Duarte de Góis Rego (viúvo à data do seu casamento) e de Ângela Francisca, solteira. Mais tarde, conforme testemunho prestado por Matias Francisco, esteve muitos anos preso pelo crime de uma morte que lhe imputaram. Da sua união com Caeta-

na Maria nasceu Brás, em 3 de Fevereiro de 1713, a cujo baptizado assistiu como padrinho Brás Dantas da Gama, natural da freguesia de Agualonga, capitão-mor de Coura, senhor da Quinta da Gorda e personalidade conhecida em toda a região pelo seu autoritarismo e irreverência.

Brás de Góis Rego casará com Maria da Cunha e Silva, natural da freguesia de Linhares do mesmo concelho e filha de lavradores, António e Rosa da Cunha. Em 1773 o seu nome constará na lista de lançamento do imposto da décima, contribuindo com uma prestação de 430 réis. O único filho do casal, Manuel José, havia nascido em 1 de Novembro de 1747 e, tendo seguido a carreira eclesiástica, fixará posteriormente residência em Ponte de Lima onde se encontra no ano de 1783. Nesta época, através de procuração passada a seu pai, dá início a um longo processo de protesto onde é requerida a nulidade das medições e encargos, estabelecidos durante a tombação das propriedades e foros devidos à Igreja. As várias contestações apresentadas incidem sobre propriedades (leira da Veiga de Moldes, campo do Cerqueiro e prado do Cornido) que as autoridades eclesiásticas reclamam ser de natureza enfiteuta e que o suplicante declara terem sido adquiridas livres de dízimos, achando-se já vinculadas à capela do morgado e ao património da Quinta da Boavista.

Aproximadamente na mesma data, nasceria na freguesia de Refoios, no concelho de Ponte de Lima, uma filha natural do padre Manuel de Góis Rego e de Rosa de Sousa, solteira. Esta filha, Rosa Joaquina Dantas, casará mais tarde com Lourenço da Gama Dantas Araújo e Azevedo,



Contextos socio-económicos da ilegitimidade: estudo de casos

também natural de Ponte de Lima, vindo posteriormente residir na Quinta da Boavista em Romarigães. É aí que se encontram os novos administradores quando em 21 de Fevereiro de 1804 nasce a primeira filha do casal, Antónia Ermelinda, e em 15 de Novembro o segundo neto do padre Manuel de Góis Rego, do qual herdará o nome.

No início do século XIX, passadas quatro gerações após a morte de Constantino da Cunha Dantas, o património afecto ao morgado mantém-se intocável, como permanece ileso o estatuto ocupado pelos seus descendentes. As supostas perturbações de ordem familiar e social que, teoricamente, se achariam associadas aos repetidos casos de ilegitimidade de nascimento, aparecem esbaticadas por intercalados actos de legitimação em que a própria Igreja, abençoando baptizados e matrimónios, redime o “pecado” e ratifica as decisões pessoais tendentes a preservar as estruturas sociais dominantes.

Caso II

Agostinho da Cunha Dantas

Nascimento: 23 de Setembro de 1640

Óbito: 10 de Fevereiro de 1708, solteiro

Residência: Quinta da Barroca

Filhos ilegítimos:

1. Teodósio da Cunha

Nascimento: 7 de Abril de 1661

Filiação materna: Domingas Lopes, solteira, filha de Gregório Lopes e de Catarina Lourença

Óbito: 17 de Dezembro de 1730, solteiro

2. Ambrósia da Cunha

Nascimento: data desconhecida

Filiação materna: desconhecida

Casamento: em data desconhe-

cida, com João Fernandes Prego

Óbito: 29 de Junho de 1720, casada

Em 7 de Abril de 1661 é baptizado Teodósio, filho natural de Agostinho da Cunha Dantas e de Domingas Lopes, solteira. Como padrinhos, estão presentes o capitão Fernão Dantas e o padre José da Rocha Dantas, vigário da paróquia. Conhecida a função social e simbólica desempenhada pelos laços de parentesco espiritual e tratando-se de um filho ilegítimo, cujo pai representa uma das casas mais abastadas da região, a escolha de duas personalidades carismáticas e genealogicamente próximas da família paterna aparece como forma indirecta de reconhecimento e garantia de protecção futura. Parece igualmente provável que o padre José da Rocha Dantas, cuja permanência como pároco da freguesia se prolonga por um período de cerca de trinta e cinco anos (1660-1695), tenha assumido um papel preponderante na educação do seu afilhado, instruindo-o e orientando-o para a vida eclesiástica. Aos trinta anos de idade é promovido a ordens menores, após decurso do respectivo processo de inquirição *de genere*, datado de 21 de Julho de 1691 e encerrado por parecer favorável do seu padrinho de baptismo.

Através da sua presença em cerimónias de casamento e baptizado, sabemos que D. Teodósio da Cunha habitava o solar da Quinta da Barroca onde residia também o casal constituído por sua irmã Ambrósia e seu genro João Fernandes Prego. Esta filha natural de Agostinho da Cunha Dantas fora igualmente protegida e acompanhada pela família da Casa Grande, aparecendo fre-



quentemente ao lado de seu pai em várias cerimónias solenes. Em 23 de Outubro de 1690 ambos apadrinham o baptizado de Pedro, filho de Domingos e de Maria Álvares; em 22 de Junho de 1697 desempenham o mesmo papel no baptismo de Pedro, filho de Manuel Lourenço e de Justa Lopes. Desconhece-se a data do seu casamento com João Fernandes Prego mas sabe-se que após a morte de Agostinho da Cunha Dantas, em 10 de Fevereiro de 1708, o casal assumiria a administração da casa e propriedades vinculadas. Desta união nasce uma única filha, Francisca Luísa, que será a futura sucessora do património após ter celebrado as primeiras núpcias com José de Oliveira da Silva em 1731, ano que se segue à morte de seu tio Teodósio da Cunha. Deste casamento nasce Antónia Luísa, em 7 de Julho de 1732, em cujo baptizado comparecem como padrinhos os representantes da nova geração titular do morgado da Casa Grande. De um segundo matrimónio, celebrado seis anos depois entre Francisca Luísa e José Barbosa, nasceria Paulo José em Vila Nova de Cerveira de onde seu pai era natural. Em 1783, os

Processo de reinscrição em curso**Actualização do ficheiro do Neps**

Pela primeira vez desde a sua criação, o nosso Núcleo vai a proceder à actualização do seu ficheiro.

Deste processo resulta a necessidade de que todos os investigadores actualmente inscritos, que pretendam manter a sua ligação ao NEPS, preencham e devolvam à nossa Secretaria a ficha de inscrição que se encontra na penúltima página deste Boletim.

**APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO**

Carlota Santos

Contextos socio-económicos da ilegitimidade

bens vinculados da Quinta da Barroca e respectiva capela são administrados por este descendente ilegítimo de Agostinho da Cunha Dantas, conjuntamente com os da capela instituída por sua mãe nas casa e leiras da Barroca, a qual lhe fora legada por Domingos Francisco em testamento datado de 2 de Dezembro de 1720.

Em 1776, o nome de Paulo José figura na lista de contribuintes sujeitos ao imposto da décima, sendo considerado morador de fora e colectado com uma prestação de 400 réis.

Os casos apresentados neste texto constituem apenas um ponto de partida para a compreensão da realidade social mais vasta e complexa que os integra; reflectindo as vivências de um grupo social restrito, proporcionam uma visão necessariamente fragmentada e evidenciam práticas individuais não generalizáveis. Apesar de tudo, sendo sempre o indi-

víduo uma síntese complexa de elementos sociais, o relato do seu trajecto e das suas opções de vida poderá funcionar como método susceptível de revelar os eixos estruturantes que dão forma e significado ao conjunto das relações humanas e sociais. •

BIBLIOGRAFIA

GINZBURG, C. e PONI, C., (1979) "Il nome e il come", *Quaderni Storici* 40, pp. 181-189

ROWLAND, Robert, (1993) "Microanálise e regimes demográficos", *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, coord. D. REHER, Porto, Ed Afrontamento, vol. I. pp. 23-34

FOUCAULT, Michel, (1976) *Histoire de la sexualité, 1 - La volonté de savoir*, Paris, Éditions Gallimard

FERRAROTI, Franco, (1983) *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Meridiens

MACFARLANE, A., (1977) *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge, Cambridge University Press

RIBEIRO, Aquilino, (1957) *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand

FONTES MANUSCRITAS

Livros de registos paroquiais de Santiago de Romarigães, Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Livros de registos paroquiais de S. Paio de Aqualonga, Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Livros das Décimas de Paredes de Coura - 1776, Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Livros de registo de testamentos (1835-1900), Arquivo Municipal de Paredes de Coura

Tombo de bens e propriedades foreiras da Igreja de S. Paio de Aqualonga e sua anexa Santiago de Romarigães, 1783, Junta de Freguesia de Romarigães

Inquirições de gênero, processos n°16927 e n°9722, Arquivo Distrital de Braga

Núcleo de Estudos de População e Sociedade **Relatório Anual (1999)**

No contexto do contrato com a Fundação Para a Ciência e Tecnologia (FCT), o NEPS apresentou recentemente o seu relatório anual de actividades referente ao ano de 1999, documento que agora aqui se publica.

Principais actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) no ano de 1999:

1. Conclusão do projecto PRAXIS XXI 2/2.1/CHS/685/95, que se havia desenvolvido nos três anos anteriores - Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das populações, projecto-base que envolveu na sua maior parte os investigadores do Núcleo, formadores e em formação (mestrado e doutoramento) e investigadores independentes. Outros mestres e doutores ligados à Universidade do Minho e a outras Universidades do país (Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências de Coimbra, Faculdade de Letras de Lisboa e ISCTE, Universidade dos Açores) colaboraram no projecto.

2. Edição do Boletim Informativo do NEPS, publicação bimensal.

3. Organização das PRIMEIRAS JORNADAS DO NEPS, que decorreram de 25 a 27 de Novembro de 1999.

4. Preparação de um novo projecto-base para os próximos 3 anos, submetido ao Programa

SAPIENS da FCT.

5. Empenhamento no acompanhamento dos projectos de mestrado e doutoramento dos membros do NEPS

6. Empenhamento na reedição de uma nova edição do Mestrado em História das Populações e preparação de novos cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo.

RESULTADOS DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA

A - TRABALHOS PUBLICADOS

AMORIM, Maria Norberta - "Comportamentos demográficos do século XVII em Portugal", *Actas do Congresso Internacional - Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, Universidade Católica Portuguesa e Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Braga, 1999, pp. 315-341.

AMORIM, Maria Norberta - "Demografia Histórica e Família. Uma proposta metodológica", sep. de *Studia Historica*, 18-1998, Ediciones Universidade de Salamanca, 1999, pp. 29-54.

AMORIM, Maria Norberta - "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial", *Ler História*, 36, 1999, pp.9-43.

AMORIM, Maria Norberta - "Sua-vidade da morte e necessidade de emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos sé-

culos XVIII e XIX", in Hélio Osvaldo Alves (Coord), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Universidade do Minho/Câmara Municipal de Guimarães, 1999, pp.41-64.

AMORIM, Maria Norberta - "Falandando de Demografia Histórica", in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 5 (1999), n.º 5 (1999), n.º 6 (1999), n.º 7 (1999), n.º 8 (1999), n.º 9 (1999), n.º 10 (1999), Guimarães, 1999.

AMORIM, Maria Norberta - *Sobrevivência dos avós ao nascimento dos netos. Um estudo comparativo das interações das variáveis demográficas em período de Antigo Regime*. Actas do V Congresso da ADEH. Logroño, 1999.

AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto - *Francisca Catarina (1846-1940): Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*. Guimarães : Universidade do Minho, 1999 (NEPS ; 5).

CORREIA, Lívio, *Descrição da Vila de Ourém feita em 1758 pelo Pe. Luís António Flores*, Câmara Municipal de Ourém, 1999.

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de - *Basto (Stª Tecla) - Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Guimarães : Universidade do Minho, 1999 (NEPS; 7).

CARVALHO; Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *A Fecundidade Legítima em duas comunidades do Minho interior, sécs.*



Relatório Anual do NEPS

- XVII-XX”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- COSTA, Antonieta, “The obsolescence of the power paradigm”, (revista electrónica) *CEO refresher*, de Janeiro de 1999 <http://www.refresher.com/!power>
- COSTA, Antonieta, “The Myth of the consensual culture”, artigo publicado (revista electrónica) *CEO refresher*, de Outubro de 1999. <<http://www.refresher.com/!myth>>
- FERNANDES, Isabel - “Da importância das fontes escritas para o conhecimento das produções cerâmicas”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 5, Guimarães, 1999.
- FERREIRA, João Antero Gonçalves - Estratégias de Descendência: a reprodução social de duas famílias vizelenses”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- FONTE, Teodoro Afonso da - “Os expostos e a história das populações. Trajecto e dificuldades de uma investigação”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 7, Guimarães, 1999.
- FONTE, Teodoro Afonso da, “Contexto social e problemática do abandono de crianças no âmbito da reconstituição de paróquias. O exemplo de Ponte de Lima nos séculos XVIII e XIX”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- GOMES, Maria Palmira da Silva, “Nupcialidade em Cortegaça (1583-1975)”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- JANEIRO, José Adriano Soares Guerra, “A comunidade local de Santiago de Lordelo. Alguns resultados preliminares”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- LAGE, Maria Otilia Pereira - “Das escalas de observação, ou modos de construir graus de variação na prática historiográfica”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 6, Guimarães, 1999.
- LAGE, Maria Otilia Pereira, “Trajecto de pesquisa num espaço rural de industrialização difusa no Norte de Portugal: reflexão metodológica”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- LAGE, Maria Otilia Pereira, *Catálogo de Literatura Cinzenta: trabalhos científicos de professor*. Porto: Instituto Politécnico do Porto. Vol. 2, Coord. 1999.
- LAGE, Maria Otilia Pereira, *Catálogo de Literatura Cinzenta: trabalhos académicos da ex-Escola Normal- Magistério Primário do Porto*, Porto: Instituto Politécnico do Porto. Vol. 3, Coord. 1999
- MAIA, Rui Leandro Alves da Costa - *A cidade como espaço desigual. Alguns aspectos das migrações para o Porto entre 1940 e 1969*. Actas do V Congresso da ADEH. Logroño, 1999.
- MAIA, Rui Leandro Alves da Costa, “As alterações estruturais na nupcialidade numa comunidade semi-urbana”, IV Congresso da ADEH, Bilbao, 1999.
- MESQUITA, “Mortalidade infantil da Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (sécs. XIX e XX)”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- MONTEIRO, Miguel - *Migração e emigração de Fafe (1834-1926): dois comportamentos sociais diferenciados*. Actas do V Congresso da ADEH. Logroño, 1999.
- NEVES, António Amaro das - “O namoro através da tradição”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 9, Guimarães, 1999.
- NEVES, António Amaro das, - A ilegitimidade no Minho Antigo: o exemplo do Norte de Guimarães, IV Congresso da ADEH, Bilbao, 1999.
- POLANAH, Luís - “Tradição e mudança em Moçambique (1940-1960)”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 6, Guimarães, 1999.
- SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos - *Santiago de Romariães, comunidade rural do Alto Minho : sociedade e demografia (1640-1872)*. Guimarães : Universidade do Minho, 1999 (NEPS ; 4).
- SARAIVA, Manuel da Costa- “História e Ciências Sociais – Uma coexistência possível”, in *Boletim Informativo do Neps*, n.º 8, Guimarães, 1999.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi – *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português (séculos XVII e XIX)*. Guimarães : Universidade do Minho, 1999 (NEPS ; 6).
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi - “O Averso e o Direito: Concubinato e Casamento no Noroeste Português (São Tiago de Ronfe 1730-1825)”, *Actas do V Congresso da ADEH*. Logroño, 1999.
- SILVA, Maria Manuela Teixeira da, “A nupcialidade em Santa Maria da Aveleda (1580-1992)”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.
- SOARES, Odete do Carmo Santos, “Reconstituição de paróquias e categorias sócio-profissionais no Antigo Regime”, *Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao, 1999.

B - TESES DEFENDIDAS

- FERREIRA, Francisco Messias T., *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): Estudo Demográfico*, Univ. do Minho, Inst. Ciências Sociais, tese policopi-

Relatório Anual do NEPS

ada, 1999.

GODINHO, Anabela Silva de Deus, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*, dissertação de mestrado policopiada, ISCTE, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1999.

GUIMARÃES, Jorge, A evolução normativa do casamento nas Constituições Sinodais dos Arcebispados de Braga e Baía (1505-1719). Dissertação de Mestrado em História da Colonização e Migrações: Portugal-Brasil, Univ. do Minho, Inst. de Ciências Sociais, tese policopiada, 1999.

LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva - *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale do Este e o Papel dos «Brasileiros»* Braga : [s.n.], 1999. Tese de mestrado em Demografia Histórica e História das Populações, Universidade do Minho.

MARQUES, Rosa, *Nupcialidade e Fecundidade numa vila do Alto Alentejo: Evoramonte (1700-1862)*, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, I.S.C.T.E., Lisboa (pol.), 1999.

C - TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO

AMORIM; Maria Norberta e NEVES; António Amaro das (coords), *Demografia Histórica em Portugal (do século XVI à contemporaneidade)*, aceite para

publicação como MONOGRAFIA ADEH.

ASSALE, João- *Tradições Familiares no Sul de Moçambique e as perturbações causadas pela dominação colonial*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

CARVALHO, Elza Maria- *Um espaço rural do séc. XVIII: Leitura(s) Geográfica(s) – Ensaio metodológico*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Encontro Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

CORREIA, Alberto - *A questão da água em São João, Lages do Pico*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

LACERDA, Fernando Alberto- *Demografia Histórica e história Social: intersecção e complementaridade*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

MADEIRA, Artur Boavida - *Famílias açorianas na colonização do Brasil*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal das Lajes do Pico e NEPS, 1999.

NORTON, Artur - *Genealogia e linhagem*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi- *Alternativas locais na emigração para o Brasil nos finais do século XIX*. Guimarães: 1999. Comunicação às I Jornadas do Neps. Guimarães, Outubro de 1999.

RELEVÂNCIA DA ACTIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO

Como resultado mais saliente do projecto *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações*, além dos desenvolvimentos informáticos da equipa da Universidade do Minho coordenada por Pedro Rangel Henriques e do Inventário feito aos Cartórios Paroquiais da diocese de Bragança por Carlos Prada de Oliveira e Domingos Raposo e dos concelhos de Braga, Guimarães e Esposende por uma equipa coordenada por António Franquelim Neiva Soares, conta-se o avanço no conhecimento da Demografia Histórica em Portugal expresso nas Primeiras Jornadas do NEPS (do século XVI à contemporaneidade), avanço para o qual os membros do NEPS contribuíram decisivamente.

Nessas Jornadas perspectivou-se o conhecimento actual sobre a evolução no nosso país dos fenómenos da **nupcialidade; fecundidade conjugal; fecundidade fora do casamento e exposição de crianças; mobilidade; mortalidade; interacção de variáveis demográficas e evolução da população**.

Esse trabalho organizado por



Relatório Anual do NEPS

seis equipas de membros do NEPS foi avaliado por especialistas estrangeiros presentes nas referidas Jornadas, sendo um deles David Reher, Presidente da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica) e, na sequência, surgiu o convite, logo aceite, de publicar esse trabalho como *Monografia* em edições da ADEH.

A metodologia criada na Universidade do Minho no campo da Demografia Histórica, a *metodologia de reconstituição de paróquias*, vem atraindo a atenção não só de investigadores portugueses que se ligam ao NEPS (encontram-se membros do NEPS a residir em áreas geográficas muito distintas e não só na área de influência da Universidade do Minho, inseridos em estruturas académicas ou não), mas também de investigadores estrangeiros. É o caso de Delfina Rodríguez, uma investigadora que na Galiza prepara a sua dissertação de doutoramento usando essa metodologia ou o caso de Sérgio Ferreira, brasileiro da Ilha de Santa Catarina. O convite surgido para Maria Norberta Amorim, Coordenadora do NEPS, se deslocar à Argentina em Setembro de 2000 a um Seminário sobre População e Sociedade que envolve investigadores de toda a América Latina vem na sequência dessa metodologia se poder apresentar como mais adequada ao tratamento dos registos paroquiais dessa área vasta geográfica.

Os protocolos assinados com o Gabinete de Estudos Olissiponenses e com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a renovação do estabelecido com a Direcção Regional da Cultura da Região Autónoma dos Açores mostram o interesse do trabalho desenvolvido no NEPS para um novo conhecimento da História das Populações.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Além das perspectivas agora abertas com a aproximação à América Latina de origem espanhola, a aproximação do NEPS a Espanha e ao Brasil é uma constante. A Coordenadora do NEPS é membro da Associação Ibérica de Demografia Histórica e tem integrado os Conselhos Científicos dos últimos três Congressos da Associação, trabalhando agora na preparação do Congresso de Castelo Branco para Abril de 2001.

A inserção do NEPS numa rede ALFA coordenada pela Universidade de Múrcia permitiu a participação de Maria Norberta Amorim em publicações conjuntas com outros investigadores europeus e da América Latina sobre História da Família (*Fontes sobre História da Família*, actualmente no prelo).

ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE TRABALHO

A dispersão dos membros do NEPS por espaços geográficos alargados (Açores, Lisboa, Aveiro e Norte do país, fundamentalmente), exigiu a criação de órgãos de ligação entre os seus membros. Surgiu o *Boletim Informativo NEPS*, bimensal, dirigido pela Coordenadora do NEPS e editado por António Amaro das Neves, sendo coordenadora da redacção Elisabete Pinto. O Boletim é difundido não só entre os membros do NEPS, mas também na Universidade do Minho (pólos de Braga e Guimarães) e em instituições culturais do Meio.

As **Jornadas NEPS** iniciadas em 1999 são outro meio de aproximação entre os seus membros e ligação a outras estruturas de investigação.

Os Projectos de Investigação apresentados às instituições financiadoras como **projectos-base** do Núcleo unem os seus mem-

bro e cativam investigadores de outras Unidades, em sua grande parte formadores dos membros do NEPS.

O projecto em fase de avaliação pela FCT intitulado *Espaços Rurais e Urbanos. Micro-análise de comportamentos demográficos, mobilidades geográfica e social e dinâmicas culturais (do século XVI à contemporaneidade)* expressa a dinâmica do Núcleo e a sua abertura a outras Unidades de Investigação no sentido do enriquecimento interdisciplinar.

Apontamos os seus desafios específicos:

- ♦ *Dar uma resposta moderna ao desafio de tratar documentação massiva, digitalizando a informação e formando bases de dados organizadas a partir dos registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, abertas ao cruzamento com todas as fontes nominativas referentes às regiões e aos períodos analisados, aplicando o Programa desenvolvido no âmbito do Projecto PRAXIS XXI – Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das populações.*

- ♦ *Analisar em longa duração os fenómenos demográficos de Nupcialidade, Fecundidade, Mobilidade e Mobilidade em zonas rurais e urbanas (estas de pequena, média e grande dimensão), de forma a estudar os comportamentos diferenciados que, no seu conjunto, poderão dar o sentido da evolução da população portuguesa.*

- ♦ *Aprofundar o fenómeno da Mobilidade para o Brasil através de fontes clássicas e pelo estudo de populações brasileiras sobre as quais se aplica a metodologia de reconstituição de paróquias.*

- ♦ *Avançar para o aprofundamento da História da Família e da sua reprodução social em espaços rurais e urbanos, pela exploração das*

Relatório Anual do NEPS

bases de dados com informação biográfica em cadeia genealógica, analisando as suas formas de Mobilidade.

♦ *Apostar numa renovação da História Social a partir das bases de dados demográficas, aprofundando a problemática das periodizações, das observações transversais e das observações em longa duração.*

♦ *Apostar numa nova visão da História Cultural em sentido lato, com novos campos de análise, na convergência com a Demografia Histórica.*

RECURSOS PARA A ACTIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO

Os recursos de que dispomos para a actividade de investigação são limitados no momento.

As instalações que a Universidade do Minho nos pode disponibilizar no Pólo de Guimarães são provisórias, com manifesta falta de espaço para as nossas necessidades. Esperamos a curto prazo poder ocupar instalações apropriadas.

A biblioteca da especialidade encontra-se em fase de formação, dada a juventude do Núcleo.

O equipamento também se mostra no momento insuficiente. Necessitamos com urgência de renovar o nosso material informático e adquirir um equipamento para a digitalização da informação dos registos paroquiais, róis de confessados, testamentos e outras fontes de nossa utiliza-

ção corrente.

Dispomos de apenas um elemento de pessoal administrativo pago pelas verbas gerais da Universidade do Minho e de um técnico de informática cujo pagamento é repartido pelas verbas gerais da Universidade e pelos recursos do NEPS. Os outros cinco técnicos que connosco trabalham em tempo integral ou parcial são pagos pelos recursos do NEPS.

O NEPS sobrevive financeiramente dos Projectos de Investigação subsidiados, além de uma dotação simbólica da Reitoria da Universidade do Minho e da dotação decorrente do Contrato Pluri-anual com a FCT.

De facto, o maior impulso ao desenvolvimento do nosso trabalho decorreu do Projecto PRAXIS XXI – *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações*, finalizado em Dezembro de 1999, pelos recursos disponibilizados e principalmente pela possibilidade aberta de reunir equipas multidisciplinares de várias universidades portuguesas.

De momento não dispomos desses recursos (o que nos limita grandemente a acção), aguardando a avaliação do novo projecto-base do NEPS.

O protocolo renovado com a Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, com uma contribuição anual (prometida, mas ainda não concretizada) de 3.000 contos permitirá o

avanço na reconstituição das paróquias da Ilha do Pico.

O protocolo com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão com um contribuição anual de 2.000 contos (verba em fase de renegociação) permitirá o avanço da reconstituição das paróquias do Concelho.

O protocolo com o gabinete de Estudos Olissiponenses não supõe o encargo pelo NEPS de tarefas, mas tão só a orientação científica e técnica dos investigadores do próprio Gabinete e o pagamento de propinas a alunos de mestrado ou doutoramento que adiram ao programa da reconstituição das paróquias de Lisboa.

DIFUSÃO DOS RESULTADOS DA ACTIVIDADE DA UNIDADE

O NEPS usa os seus próprios meios de difusão – *Boletim Informativo* bimensal (13 números até ao momento), Edições de *Monografias NEPS* (oito livros publicados até ao momento) e *Jornadas* (Primeiras Jornadas em 1999).

Os membros do NEPS participam em reuniões científicas nacionais e internacionais, como claramente se documenta pela *Bibliografia* já referida.

Como nota mais saliente referimos a vocação do NEPS de apoiar investigadores de boa vontade, de formar investigadores a nível de mestrado e doutoramento, não vinculados à instituição universitária, integrando uns e outros no Núcleo e promovendo a sua produção científica. •



Teses defendidas***“Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês – Palaçoulo (1656-1910)”***,
de **Fábia Maria Raposo**

No passado dia 18 de Julho, na sala de actos da Universidade do Minho, em Guimarães, reuniu o Júri para apreciar a dissertação apresentada pela Licenciada **Fábia Maria Raposo**, intitulada “Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês – Palaçoulo (1656-1910)”.

Estiveram presentes a Doutora Maria Engrácia Leandro, Professora Associada com Agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e a Doutora Gilberta Rocha, Professora Associada da Universidade dos Açores.

Aberta a sessão sob a presidência da Doutora Maria Engrácia Leandro e depois de verificado, por parte do Júri, que a candidata presente obtivera já a aprovação em todas as disciplinas curriculares do plano de estudo do Curso, procedeu-se à discussão em prova pública da dissertação de Mestrado, tendo sido arguente principal a Doutora Gilberta Rocha.

Concluída a discussão, o Júri reuniu para apreciação da prova e classificação do candidato. Tendo em consideração os resultados obtidos pela candidata nas disciplinas do plano de estudo do Curso, as provas durante a discussão da dissertação e o parecer elaborado pelo arguente, o Júri deliberou por unanimidade considerar o candidato Aprovado com a classificação de MUITO BOM. •

“S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico”,
de **Fernando Alberto Lacerda**

Igualmente, no passado dia 18 de Julho, na sala de actos da Universidade do Minho, em Guimarães, reuniu o Júri para apreciar a dissertação apresentada pelo Licenciado **Fernando Alberto Lacerda**, intitulada “S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico”.

Estiveram presentes o Doutor José Viriato Eiras Capela, Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Doutor António de Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Aberta a sessão sob a presidência do Doutor José Viriato Eiras Capela e depois de verificado, por parte do Júri, que a candidata presente obtivera já a aprovação em todas as disciplinas curriculares do plano de estudo do Curso, procedeu-se à discussão em prova pública da dissertação de Mestrado, tendo sido arguente principal o Doutor António de Oliveira.

Concluída a discussão, o Júri reuniu para apreciação da prova e classificação do candidato. Tendo em consideração os resultados obtidos pelo candidato nas disciplinas do plano de estudo do Curso, as provas durante a discussão da dissertação e o parecer elaborado pelo arguente, o Júri deliberou por unanimidade considerar o candidato Aprovado com a classificação de MUITO BOM. •

“Meadela, Comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)”,
de **Maria da Gória Parra Santos**

Aos dezassete dias do mês de Julho de dois mil, na Universidade do Minho, em Braga, reuniu o Júri para apreciar a dissertação apresentada pela Licenciada **Maria Glória Parra Santos** intitulada “**Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)**”, do **Mestrado em História das Instituições**.

Estiveram presentes o Doutor Norberto Cunha, Professor Catedrático do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, a Doutora Maria Norberta de

Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e o Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Universidade do Porto.

Aberta a sessão sob a presidência do Doutor Norberto Cunha e depois de verificado, por parte do Júri, que a candidata presente obtivera já a aprovação em todas as disciplinas curriculares do plano de estudo do Curso, procedeu-se à discussão em prova pública da dissertação de

Mestrado, tendo sido arguente principal o Doutor Jorge Alves. Concluída a discussão, o Júri reuniu para apreciação da prova e classificação do candidato.

Tendo em consideração os resultados obtidos pelo candidato nas disciplinas do plano de estudo do Curso, as provas durante a discussão da dissertação e o parecer elaborado pelo arguente, que faz parte integrante da presente acta, o Júri deliberou por unanimidade considerar o candidato Aprovado com a classificação de MUITO BOM.

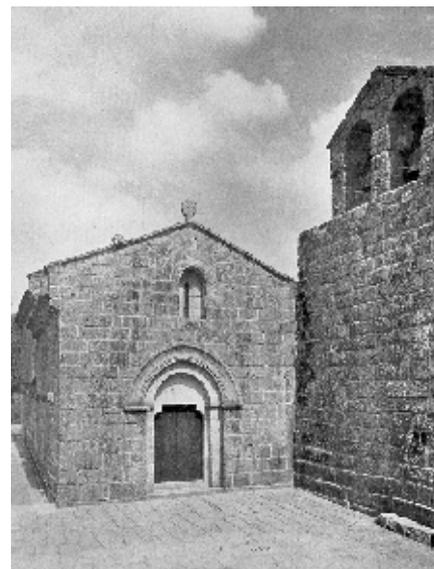
II Jornadas do Neps, 1 a 3 de Fevereiro de 2001**TURISMO CULTURAL
RECURSOS E DESAFIOS**

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade está a organizar as II Jornadas. Desta vez, o encontro pretende reunir investigadores, técnicos e estudantes interessados na reflexão e debate das questões associadas à problemática do turismo cultural, procurando conciliar diferentes recursos na valorização turística de determinada região.

Ao promover este evento, a Comissão Organizadora, além de dar continuidade ao trabalho que está a ser implementado por alunos e docentes envolvidos nos Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo, tenciona revelar potencialidades existentes no concelho de Guimarães que poderão contribuir para a dinamização da oferta turística.

Em Portugal, a política e estratégia de comunicação do desenvolvimento turístico estão sobretudo orientadas para a divulgação das regiões do Algarve, Madeira e Lisboa, embora recentemente estejam a ser incrementadas iniciativas para a promoção de uma marca Norte de Portugal, na qual o destino e os produtos turísticos a valorizar no Ave devem encontrar um espaço de representatividade e de defesa de interesses e de oportunidades de comercialização.

Neste contexto, o programa das II Jornadas do NEPS irá privilegiar o contacto com a realidade de turística do Vale do Ave, tentando explorar a integração de diferentes recursos existentes na confluência dos concelhos de Guimarães, Braga e Póvoa de Lanhoso.

**PROGRAMA PROVISÓRIO**

Dia 1 de Fevereiro

Turismo cultural: a importância da valorização dos recursos locais

Apresentação de comunicações

Dia 2 de Fevereiro

Visitas guiadas à Zona de Briteiros e vila das Taipas, abrangendo diferentes domínios: arqueologia, valorização dos recursos locais, Rota do Vinho Verde e termalismo.

Dia 3 de Fevereiro

Perspectivas e recursos para a afirmação do turismo cultural

Mesa Redonda

COMUNICAÇÕES

Data limite para inscrição:

5 de Novembro de 2000

Data limite para envio de comunicações:

5 de Janeiro de 2001

Ficha de Leitura***Saberes e Ciências do Estado:
Genealogia e Demografia.***

A Revista de Sociologia *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* dirigida por Pierre Bourdieu e publicada pelo Centre de Sociologie Européenne du Collège de France e pela École des hautes études en sciences sociales, dedica o seu último número (nº 133, Jun.2000) coordenado por Olivier Christian, ao tema Ciências do Estado. Reúne textos de historiadores, sinólogos e sociólogos produzidos no âmbito das jornadas organizadas na Fundação Hugot du Collège de France, em Junho de 1998 e Setembro de 1999 sobre os desafios e as dificuldades de uma história comparada, interdisciplinar e intercultural da génese e organização dos Estados. Dos 12 textos publicados, seleccionámos para este apontamento de leitura, o texto de Remi Lenoir que se refere explicitamente à história das populações (demografia e à genealogia).

Numa abordagem sociológica mobilizadora de noções como “pensamento de estado” e “construção social naturalizada” de Pierre Bourdieu e baseando-se numa recensão introdutória crítica da obra de Maurice Halbwachs,¹ designadamente “*Les Cadres sociaux de la mémoire*” (Paris: Puf, 1952) e de Philippe

Ariès, em particular “*Histoire des populations françaises et de deux attitudes devant la vie depuis de XVIIIème siècle*” (Paris:Le Seuil, 1971, 1ªed. 1948) R. Lenoir argumenta sobre a construção social dos dados demográficos e o princípio de construção das categorias demográficas.

Começa por considerar que : “a história demográfica dos factos de população ilustra de modo paradigmático o processo através do qual as categorias do ‘*pensamento do Estado*’ tendem a eternizar-se eternizando o que visam apreender e medir”; logo a seguir observa : “que são as mesmas categorias de classificação (idade, sexo) e de objecto (natalidade, nupcialidade, mortalidade) que caracterizam todas as coisas, qualquer que seja a época ou o lugar ; mais adiante sintetiza : “as categorias demográficas são com efeito formas organizadas e esquemas organizadores [que] legitimam uma forma de dominação a que Max Weber chamava racional – legal ”; depois deduz : “ com efeito, as categorias que utilizam os demógrafos são categorias jurídicas e que se impõem como tais”; e conclui : “categorias como o sexo, a idade, o estado civil, o modo de filiação ... conver-

tidas em estruturas demográficas ... contribuem para conservar senão a visão do mundo que lhes está associada, pelo menos o ponto de vista a partir do qual esta visão se constitui”. Por fim defende que : “para compreender o processo de naturalização, no duplo sentido do termo, de reificação de dados vitais e de eternização, [esquemáticamente enunciado] uma das mediações poderia ser a história do próprio Estado porque as entidades de Estado são formadas segundo as categorias pelas quais é construída esta história, categorias genealógicas ou demográficas que são outros tantos esquemas de percepção, de pensamento e de acção do Estado em momentos diferentes da sua história”. •

¹ Que considera como precursor do renascimento dos trabalhos demográficos que encontrarão em França, depois da II Guerra Mundial, nomeadamente em historiadores como Philippe Ariès, uma forma de excelência.

M. Otília P. Lage

LENOIR, Remi - Saberes e Ciências do Estado: Genealogia e Demografia . “Actes de la Recherche en Sciences Sociales”, 133, Jun. 2000, 96 - 97

BIBLIOGRAFIA DO NEPS

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade solicita a colaboração de todos os seus membros para manter permanentemente actualizada a sua base de dados com a informação disponível acerca da produção dos investigadores associados ao Núcleo. Para tanto, solicitamos que, por cada texto produzido ou publicado, seja remetida ao NEPS devidamente preenchida a “**ficha de actualização bibliográfica**” incluída na página 19 deste Boletim Informativo.



NEPS ♦ FICHA DE ACTUALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA ♦ NEPS

Autor:			
Título:			
Publicado		Policopiado	Inédito
Artigo	Livro	Dissertação	Trabalho académico
Editor			Ano de edição
Local de edição			N.º de páginas
Revista		N.º/ano	Páginas /
Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):			
Resumo			

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo. (Pode ser fotocopiado)

■ NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE ■ FICHA DE INSCRIÇÃO ■

IDENTIFICAÇÃO							
Nome						Data de Nascimento ____/____/____	
Endereço							
Telefone		Fax		E-mail			
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS							
Doutor	Doutorando	Mestre	Mestrando	Licenciado	Estudante		
Curso(s)							
ACTIVIDADE PROFISSIONAL							
Profissão							
Instituição							
Endereço							
Telefone		Fax		E-mail			
INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO							
Fontes		Análise demográfica		Reconstituição de Paróquias			
Registos paroquiais ou de estado civil		Outra documentação paroquial		Documentação fiscal			
Passaportes		Dotes		Testamentos			
Doações		Outra documentação notarial		Cruzamento de fontes diversas			
Migrações		História da família		Genealogias			
História da criança abandonada		Análise social		História da alfabetização			
Outros							
Data ____/____/____		Assinatura					

EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Ro-marigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo n.º 14 n.º Julho de 2000

PUBLICAÇÃO DO:

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Pólo de Azurém

Guimarães

DIRECTORA:

Maria Norberta Amorim

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTES NÚMEROS:

Luiz Polanah, Carlota Santos, Maria Norberta Amorim, António Amaro das Neves, Elisabete Pinto, Otília Lage

SECRETARIADO:

Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade

Universidade do Minho, Pólo de Azurém ♦ 4800-058 Guimarães

Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: neps@eng.uminho.pt

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.